

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 81

09/12/05 a 15/12/05

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Ana Lidia Souza Cunha, André Cavaller Guzzi, Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Haroldo Ledandeck (redator responsável), Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista FAPESP), Maria Paula de Barros Cantusio, Renata Avelar Giannini (bolsista CNPq/PIBIC) e Thiago Lopez Del Vecchio (bolsista FAPESP).

Representante da ONU participou do julgamento sobre a morte de Dorothy Stang

A representante especial da Organização das Nações Unidas, Hina Jilani, desembarcou no Brasil a convite do governo para certificar-se da situação dos defensores dos direitos humanos no país e das medidas que têm sido tomadas para defendê-los. Durante a semana, a advogada paquistanesa visitou Belém, Recife, Cabrobó, São Paulo, Florianópolis, Campos Novos e Brasília. As informações colhidas farão parte de um relatório que será enviado ao governo brasileiro e à Comissão de Direito Humanos da ONU, no qual a representante adiantou que recomendará mais atenção à proteção dos ativistas. Durante sua visita à Belém, no Pará, Hina participou como observadora internacional do julgamento de Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, os dois homens que confessaram ter assassinado a irmã Dorothy Stang, que defendia os interesses dos trabalhadores rurais da cidade de Anapu. Os irmãos da ativista norte-americana naturalizada brasileira, Marguerite e David Stang, também vieram ao Brasil para assistir ao julgamento. Rayfran e Clodoaldo foram considerados culpados e condenados a 27 e 17 anos de prisão, respectivamente. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/12/05; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/12/05; Folha de S. Paulo – 12/12/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/12/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/12/05; O Globo – O País – 09/12/05; O Globo – O País – 10/12/05; O Globo – O País – 11/12/05).



Brasil apresentou proposta de apoio internacional para Amazônia durante conferência da ONU

A 11ª Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), no Canadá, terminou no dia 10 de dezembro sem a adesão do governo norte-americano ao Protocolo de Kyoto. Entretanto, os países signatários do tratado, que busca reduzir as emissões dos gases causadores do efeito-estufa, concordaram em diminuir ainda mais suas emissões até 2012 e os que ainda não fazem parte, inclusive os Estados Unidos, aceitaram continuar a discutir o problema informalmente, sem metas obrigatórias de redução. Nesse contexto, o Brasil aproveitou-se do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que o tratado proporciona. Por esse mecanismo, os países desenvolvidos podem emitir gases acima do que o tratado permite desde que financiem, nos países em desenvolvimento, projetos de energia limpa que correspondam à retirada de gases-estufa da atmosfera. Assim, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, munida de documentos que comprovavam a diminuição de 31% no índice anual de desmatamento da floresta amazônica, propôs um financiamento internacional para a preservação da Amazônia. Somadas à proposta brasileira, estavam as da Papua-Nova Guiné e Costa Rica, que também previam uma compensação dos serviços ambientais prestados pela floresta. Também durante o encontro em Montreal, o secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, assinou um acordo com o Estado norte-americano da Califórnia para a troca de tecnologias dirigidas ao controle das mudanças climáticas e da poluição urbana. (Folha de S. Paulo – Ciência – 10/12/05; Folha de S. Paulo – Ciência – 11/12/05; O Estado de S. Paulo – Vida & - 09/12/05; O Estado de S. Paulo – Vida & - 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Vida & - 11/12/05; O Globo – O País – 09/12/05; O Globo – O Mundo – 10/12/05; O Globo – O Mundo – 11/12/05; O Globo – Ciência – 12/12/05).

Fórum Econômico Mundial fará seminário no Brasil

Está previsto para abril de 2006, um seminário do Fórum Econômico Mundial na cidade de São Paulo, que discutirá a economia latino-americana. Durante o evento, serão avaliadas estratégias para que a região mantenha seu ritmo de expansão, mesmo com uma possível deterioração do cenário econômico internacional. Líderes empresariais, da sociedade civil e de governos da América Latina deverão participar da organização do seminário. (O Globo – Economia – 09/12/05).

Astronauta brasileiro continua se preparando para missão espacial

O astronauta brasileiro, Marcos César Pontes, está em treinamento desde o mês de outubro em Moscou. Em março de 2006, Pontes viajará em uma nave russa para a Estação Espacial Internacional (ISS, em inglês), onde testará experimentos



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

idealizados por centros de pesquisa brasileiros. Durante a semana, o astronauta experimentou um dos pratos especialmente preparados para serem consumidos a bordo da ISS. (O Globo – Ciência – 09/12/05).

Organizações juntaram-se à ONU para lançar pacto anticorrupção

Organizações brasileiras juntaram-se ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e ao Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês) para lançar uma proposta com o intuito de restringir a corrupção no governo e a prática de caixa dois pelos partidos políticos nacionais. O documento, intitulado “Pacto Empresarial pela Integridade e contra a corrupção”, sugere procedimentos como a exigência da apresentação pelos partidos políticos de registros que comprovem as contribuições de empresas às suas campanhas e a colaboração dos poderes públicos nas investigações de irregularidades, através da disponibilização dos livros, registros e arquivos das empresas sem a necessidade de ordem judicial. O texto do pacto permanecerá aberto a sugestões por três meses, depois disso, será apresentado às empresas privadas para ser subscrito. Aquelas que se tornarem signatárias deverão comprometer-se a não serem coniventes com a corrupção a fim de obterem resultados econômicos e a propagar a ética empresarial. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/12/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/12/05).

EUA está preocupado com terrorismo na tríplice fronteira

A conselheira norte-americana contraterrorismo, Deborah McCarty, reuniu-se com representantes de Brasil, Paraguai e Argentina para expressar a preocupação da Casa Branca com a vulnerabilidade da tríplice fronteira à atos terroristas. Os Estados Unidos mostram-se inquietos com a instabilidade das instituições democráticas da Venezuela e com o fato do país não estar cumprindo a resolução das Nações Unidas que obriga os países a impedirem o trânsito de narcotraficantes em seus territórios. Entretanto, durante o encontro, o governo brasileiro ressaltou que a região da tríplice fronteira não representa uma ameaça terrorista e que, as únicas questões que a envolvem são referentes ao narcotráfico, à pirataria, ao tráfico de armas e ao contrabando. Assim, ao final da reunião, os quatro países participantes assinaram um documento no qual registrou-se que não há indícios de ações terroristas na região. Além disso, prontificaram-se a intercambiar informações no caso de suspeita de movimentos terroristas, inclusive de seu financiamento, para que possam ser repreendidos. As unidades de inteligência financeira dos países que participaram da reunião deverão reunir-se em breve para avaliar as informações sobre a tríplice fronteira. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/12/05).

Venezuela aderiu ao Mercosul

Os presidentes de Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina assinaram, no dia 09 de dezembro um acordo que incorporou a Venezuela ao Mercosul, durante a 29ª cúpula do bloco, em Montevideu. Inicialmente, a incorporação será apenas política, o que, na prática, significa que o país participará de todas as reuniões do acordo comercial e terá direito apenas de voz, mas não de voto nas decisões. A adesão efetiva do país presidido por Hugo Chávez ao bloco, como sócio pleno, deverá levar de seis meses a um ano e será tratada por um grupo ad hoc (designado especialmente para isso), que terá prazo de 180 dias, renováveis por mais 180 dias, a contar de maio de 2006, quando se reunirá pela primeira vez. Assim que as negociações desse grupo forem concluídas, deve ser estipulado um prazo para a Venezuela aderir à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e aos tratados e acordos firmados pelo bloco. O presidente argentino, Nestor Kirchner, é um dos principais interessados na adesão efetiva da Venezuela, pois acredita que com assim o peso do Brasil dentro do bloco diminuirá. Além disso, há também a abundância das reservas de petróleo e os petrodólares venezuelanos que tornaram sua entrada no tratado interessante para os demais países. No caso do Brasil, a entrada da Venezuela no Mercosul facilitará a parceria entre a Petrobrás e a estatal venezuelana PDVSA para a construção de uma refinaria de petróleo. Os dois países discutiram, ainda, uma operação conjunta para evitar o contrabando de combustível na região de fronteira. Estima-se que 45% do combustível comercializado na capital do estado brasileiro de Roraima provem de contrabando. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/05; O Globo – Economia – 09/12/05).

Presidentes dos países do Mercosul discutiram os rumos do bloco

Durante a 29ª Cúpula do Mercosul, em Montevideu, diversas foram as decisões acertadas entre os presidentes dos quatro países que compõem o bloco. Além da adesão da Venezuela, discutiu-se a entrada de outros sócios futuramente, como por exemplo, a Bolívia e o Chile. Além disso, o chanceler argentino, Jorge Taiana, foi nomeado presidente temporário do Mercosul, cargo que exercerá durante seis meses. Durante esse período, Argentina e Brasil definirão o formato definitivo da Cláusula de Adaptação Competitiva (CAC), uma antiga reivindicação argentina que visa impedir eventuais invasões de produtos de país-sócio em outro integrante do bloco. Por último, foi acordado que o bloco terá, a partir de dezembro de 2006, um parlamento com sede em Montevideu, que terá como objetivo acelerar o processo de integração e aprofundar a sua institucionalização. O parlamento não terá funções legislativas e não poderá vetar as decisões adotadas pelo Conselho de Ministros do bloco. Durante o encontro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu reclamações dos colegas do Paraguai e da Argentina. Nicanor Frutos reclamou das dificuldades de acesso ao mercado brasileiro e Nestor Kirchner, da



invasão de produtos brasileiros no mercado argentino. Em seu discurso de encerramento do encontro, Lula afirmou que “é preciso consolidar uma política industrial comum para dar dinamismo e avançar a inserção da região no mundo”. O presidente brasileiro também aproveitou a ocasião para pedir aos parceiros do Mercosul que entrassem em contato com os líderes dos países mais ricos para pressioná-los a avançar nas negociações da Rodada Doha de Hong Kong. No documento final da cúpula do Mercosul, os presidentes dos cinco países que compõem o bloco reafirmaram que atuariam de forma coordenada durante a rodada. O comunicado também prevê que até 2008 seja eliminada a dupla tributação da Tarifa Externa Comum (TEC) sobre produtos estrangeiros que circulem por mais de um país do bloco. Entretanto, os produtos que já possuem tarifa nula de importação poderão circular livremente no Mercosul a partir de 1º de janeiro de 2006. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/12/05; O Globo – Economia – 10/12/05).

Lula ratificou acordo para construção do gasoduto na AL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Montevidéu para a cúpula do Mercosul, reuniu-se reservadamente com os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Argentina, Nestor Kirchner, no dia 09 de dezembro, para ratificar o acordo que visa analisar a viabilidade da construção de um gasoduto na América Latina. O acordo havia sido assinado em Caracas, no dia 04, por representantes do governo venezuelano e argentino e pelo ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau. Quanto ao financiamento do gasoduto, Chávez disse que a estatal venezuelana PDVSA poderia arcar com metade das despesas e Lula prometeu que a Petrobrás financiaria a outra parte. Já o presidente argentino não se comprometeu com as despesas da obra. O valor da construção deverá ser de US\$ 17 bilhões e passará pela Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e, possivelmente, Peru e Colômbia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/12/05; O Globo – Economia – 09/12/05; O Globo – Economia – 10/12/05).

Chávez sugeriu reunião extraordinária da Casa em Montevidéu

A pedido do presidente venezuelano, Hugo Chávez, ocorreu uma reunião extraordinária da Comunidade Sul Americana das Nações (Casa), o projeto de integração política e econômica do continente sul-americano, no dia 09 de dezembro, no Uruguai. Os presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, além de representantes de outros países da América do Sul, estavam em Montevidéu para a 29ª Cúpula do Mercosul. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/12/05).

Policiais que atiraram no brasileiro Jean Charles podem ser acusados de homicídio

A Comissão Independente de Queixas contra a Polícia do Reino Unido (IPCC, na sigla em inglês), que investiga o caso de Jean Charles de Menezes, o brasileiro morto no metrô de Londres, admitiu que o relatório final da investigação deverá sugerir à Crown Prosecution Service (espécie de Procuradoria do Reino Unido) a abertura de um processo criminal contra os policiais britânicos envolvidos no assassinato. Entretanto, o diretor da IPCC, Nick Hardwick, afirmou que o chefe da Scotland Yard, Ian Blair, não foi ouvido durante a investigação. A família de Jean acusa Blair de ter dificultado a ação dos investigadores e de ter mentido ao afirmar que, num primeiro momento, o brasileiro não teria obedecido à ordem dos policiais britânicos de parar. O relatório da comissão independente deverá ser enviado à Procuradoria britânica no final do mês de dezembro. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Internacional – 10/12/05; O Globo – O Mundo – 10/12/05).

Novo foco de aftosa traz mais prejuízos ao Brasil

A confirmação de um foco de febre aftosa no Estado do Paraná, no último dia 06, provocou reações de importadores da carne brasileira. A Rússia, que havia embargado apenas produtos provenientes do Mato Grosso do Sul, onde foi encontrado o primeiro foco da doença em outubro, decidiu proibir importações de carne bovina, suína e de aves, além de leite, todos os tipos de produtos cárneos e lácteos, insumos pecuários e rações para animais também dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. No dia 13, o governo brasileiro enviou uma missão à Rússia para negociar as medidas do embargo e fazer com que o mesmo seja revertido o mais rápido possível, a mesma missão seguirá depois para a União Européia. Os europeus não têm se mostrado satisfeitos com as explicações brasileiras sobre o controle da aftosa e a rastreabilidade do gado no país. Depois da visita dos técnicos brasileiros, o bloco europeu deverá decidir sobre o embargo que imporá à carne brasileira. No mesmo caminho que a Rússia, a Venezuela proibiu, a importação de carne brasileira, no dia 14 de dezembro. A medida afeta a entrada no país de bovinos, suínos, caprinos e demais espécies suscetíveis à febre aftosa, além de produtos e subprodutos de risco que tenham origem no território brasileiro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/12/05; O Globo – Economia – 10/12/05).

Brasil e Paraguai trataram de assuntos bilaterais durante a cúpula do Mercosul

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Nicanor Duarte Frutos, do Paraguai, reuniram-se no Uruguai, durante a realização da cúpula do Mercosul, para resolver assuntos bilaterais. Durante o encontro, Lula atendeu a duas reivindicações de Duarte: o reajuste do valor pago pela energia que o Brasil utiliza da parte paraguaia da hidrelétrica de Itaipu e a construção da segunda ponte da amizade, que ligará Foz do Iguaçu e Presidente Franco. O Paraguai utiliza apenas 6% da energia produzida na hidrelétrica e o resto vende ao Brasil. O reajuste no valor da compra do excedente renderá aos paraguaios cerca de US\$ 21 milhões por ano, o que causará o aumento de 1% na energia para os consumidores brasileiros. Para a construção da ponte, o governo brasileiro desembolsará US\$ 50 milhões. Apesar das concessões, o Paraguai propôs ainda que fosse feita uma revisão do pagamento da dívida externa de US\$ 18 bilhões contraída pelo Brasil, em 1973, quando foi construída Itaipu, e repassada parcialmente ao Paraguai. Os paraguaios queriam que o sistema de dupla indexação do serviço da dívida (atrelada à inflação e à variação do dólar) fosse modificado, mas o governo brasileiro não aceitou. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05).

Lula demonstrou apoio à candidata chilena

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, ao discursar na 29ª Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, deixou escapar sua preferência nas próximas eleições à presidência do Chile pela candidata a socialista Michelle Bachelet. Segundo Lula, “seria importante a participação de mulheres no Mercosul”. (O Globo – O Mundo – 10/12/05).

Brasil e Argentina fecharam acordos bilaterais durante a cúpula

Em paralelo à 29ª Reunião de Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Nestor Kirchner, reuniram-se para tratar de assuntos bilaterais. Durante o encontro, foi decidido que as listas de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul entre os dois países serão prorrogadas por três anos. Além disso, os regimes especiais que ambos mantêm entre si de importação de bens de capital e de informática e telecomunicações (BIT) valerão por mais três anos e por mais um ano, respectivamente. Esses mecanismos, que não estão previsto no acordo do bloco, pois permitem a cobrança de tarifas diferenciadas para uma série de produtos, deveriam ser extintos no final desse ano. (O Estado de S. Paulo – Economia – 10/12/05).

Brasil investirá na Comunidade Andina

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) assinou um convênio com a Comunidade Andina de Fomento (CAF) para uma atuação conjunta no financiamento de obras de integração estrutural da região. Para isso, o governo brasileiro vai dar um aporte ao banco de desenvolvimento da região Andina de US\$ 200 milhões. A idéia é que o Brasil se torne um dos principais investidores da comunidade. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05; O Globo – Economia – 10/12/05).

Brasil participou da Rodada Doha da OMC em Hong Kong

A 6ª. Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) teve início no dia 13 de novembro em Hong Kong, com o objetivo de avançar na Rodada Doha de desenvolvimento e liberalização comercial. A delegação brasileira compôs-se de aproximadamente 40 representantes, que tiveram como objetivo pressionar, principalmente os europeus, pela diminuição de subsídios ao setor agrícola. As vésperas do embarque, entretanto, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, declarou-se pessimista quanto as negociações, uma vez que as reuniões que antecederam a conferência não representaram avanços. Diante disso, Brasil, Japão, Estados Unidos, União Européia (UE), Índia e Austrália buscaram, em reunião preliminar, antes do início dos trabalhos, criar uma agenda mínima de discussões a fim de tentar alguns acordos simples e diretrizes gerais para que as questões mais delicadas do processo de liberalização comercial sejam discutidas no início de 2006. No dia 11 representantes do Brasil, da Índia e da UE reuniram-se, na ocasião, os europeus indicaram que poderiam oferecer melhorias nas negociações agrícolas durante a rodada, desde que Brasil e Índia fizessem concessões na área industrial. Estes dois países convidaram, no dia 12 de novembro, delegações de mais de cem países pobres e em desenvolvimento para formularem um plano conjunto de atuação nas negociações a partir da criação de uma agenda comum. O chanceler brasileiro considerou importante essa tentativa de coordenação política dos países menos desenvolvidos para que fossem evitadas manipulações externas. O representante europeu, por sua vez, reagiu ao encontro afirmando que as intenções e aspirações dos países mais pobres não são as mesmas dos grandes exportadores agrícolas, como o Brasil. Em seu discurso na plenária da Conferência, Amorim atacou a política de subsídios europeia, defendeu o acesso livre e sem tarifas aos mercados estrangeiros pelos produtos dos países menos desenvolvidos – salientando a intenção do Mercosul de favorecê-lo – e defendeu que a questão agrícola deveria ser o centro das discussões do encontro. No sentido oposto, a UE, sob forte pressão da França negou-se a negociar maiores cortes de subsídios agrícolas – a proposta europeia é de redução de 39%, enquanto o Brasil defende cortes de 54% e os Estados Unidos, valores ainda maiores – e tentou reverter as negociações para a liberalização dos setores de serviços e de bens industrializados. Durante a conferência, os países negociaram,



ainda, uma data limite para o fim aos subsídios à exportação (o Brasil e o G-20 defendem 2010), planos de desenvolvimento para os países mais pobres, subsídios à agricultura familiar e à pesca. O Brasil aproveitou a oportunidade, ainda, para tratar com a China das salvaguardas contra os produtos têxteis chineses. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 09/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/12/05; Folha de S. Paulo – Mundo – 13/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 09/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/12/05; O Globo – Economia – 12/12/05; O Globo – Economia – 13/12/05; O Globo – Economia – 14/12/05; O Globo – Economia – 15/12/05).

Lula viajou para Colômbia

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, viajou para a Colômbia, no dia 14 de dezembro. Lula e seu par colombiano, Álvaro Uribe, trataram de cooperação na área de fronteira e o aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança regional. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/12/05).

Brasil antecipou pagamento de dívida com FMI

O governo brasileiro antecipou para o final do mês de dezembro o pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil vinha utilizando recursos do Fundo desde 1998 e com o adiantamento ficará sem dívidas na instituição. A dívida deveria ser paga em duas parcelas com vencimentos em 2006 e 2007, entretanto, o Ministério da Fazenda e o Banco Central (BC) optaram por quita-la e economizar US\$ 900 milhões em juros. Além disso, o custo fiscal das intervenções do BC no mercado de câmbio diminuirá e a classificação do país pelas agências internacionais que avaliam o risco das economias deve melhorar. O adiantamento do pagamento da dívida foi possível graças ao nível elevado das reservas internacionais do país atualmente. O superávit da balança comercial possibilitou ao BC comprar volumes maiores de dólares e fortalecer as reservas. O diretor-gerente do FMI, Rodrigo Rato, elogiou a iniciativa brasileira e a política econômica do país e informou que a instituição deseja novas parcerias com o governo brasileiro, principalmente na área de investimento público. O ministério, por sua vez, disse que pretende dar continuidade às discussões com o FMI sobre a criação de mecanismos de defesa dos países que têm economias abertas contra choques externos. O secretário do Tesouro norte-americano, John Snow, também elogiou a iniciativa do Brasil em antecipar o pagamento. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/12/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/12/05; O Globo – Economia – 14/12/05).



Bird lançou estudo sobre o Brasil e seu presidente visitou o país

O Banco Mundial (Bird) organizou um estudo intitulado Clima de Investimento no Brasil, que compara a economia brasileira à chinesa e à indiana no quesito de atração de investimentos estrangeiros produtivos. O documento destaca a desvantagem do Brasil em fatores como o dinamismo da economia, a morosidade do sistema aduaneiro, a confiança das empresas na Justiça, a certificação de firmas e as elevadas cargas tributárias e taxas de juros. Questões nas áreas de inovação tecnológica, governança, infra-estrutura e legislação trabalhista, que pesam na decisão dos investidores, também são citadas na avaliação como causadoras da diminuição da produtividade das empresas brasileiras. A idéia do Bird é alertar o governo brasileiro sobre a necessidade de reformulação de sua agenda microeconômica, a fim de atacar esses problemas. Nesse contexto, a visita do presidente do Bird, Paul Wolfowitz, ao Brasil, iniciada no dia 14 de dezembro, será estratégica para o governo, que tentará uma parceria com a instituição para transformar o país em fornecedor de tecnologia para as economias em desenvolvimento e negociará a liberação de US\$ 800 milhões para a reforma da agenda microeconômica. Entretanto, antes de reunir-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Fazenda Antônio Palocci, Wolfowitz indicou que pretende concentrar a parceria do Bird com o governo brasileiro em projetos de combate à pobreza e de proteção do ambiente. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/12/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/12/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/12/05).